

RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL:

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS



Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)



RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL:

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

1 ERADICAÇÃO
DA POBREZA



2 ENERGIA
LIMPA



3 SAÚDE
BOM BEM-ESTAR



4 EDUCAÇÃO
DE QUALIDADE



5 IGUALDADE
DE GÊNERO



6 ÁGUA LIMPA
E SANEAMENTO



7 ENERGIA
ACESSÍVEL E LIMPA



8 EMPREGO DIGNO
E CRESCIMENTO
ECONÔMICO



9 INDÚSTRIA,
INOVAÇÃO E
INFRAESTRUTURA



10 REDUÇÃO
DE DESIGUALDADES



11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



12 CONSUMO
E RESPONSABILIDADE
RESPONSÁVEIS



13 AÇÃO CLIMÁTICA



14 VIDA DEBILITADA
SEM DEBILIDADE



15 VIDA SOBRE
A TERRA



16 PAZ, JUSTIÇA
E INSTITUIÇÕES
FORTES



17 PARCERIAS
DE QUALIDADE



Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Riqueza, desigualdade e pobreza no Brasil: aspectos socioeconômicos das regiões brasileiras

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Michele Lins Aracaty e Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R594 Riqueza, desigualdade e pobreza no Brasil [recurso eletrônico] : aspectos socioeconômicos das regiões brasileiras / Organizadora Michele Lins Aracaty e Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-5706-412-2 (PDF)

ISBN 978-65-5706-414-6 (Brochura)

DOI 10.22533/at.ed.146202109

1. Pobreza – Brasil. 2. Brasil – Condições sociais. 3. Renda – Distribuição – Brasil. I. Silva, Michele Lins Aracaty e.

CDD 339.460981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria e satisfação que apresentamos esta obra intitulada: **RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL: Aspectos Socioeconômicos das Regiões Brasileiras**, composta por cinco trabalhos oriundos de pesquisas desenvolvidas através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC da Universidade Federal do Amazonas – UFAM referente ao Edital 2019/2020. Tais trabalhos foram desenvolvidos pelas acadêmicas do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas – UFAM: Ana Beatriz Martins de Souza, Francilene da Silva Franco, Jackelyne Evellyn de Sales Assunção, Laiza Eduarda Santos Carvalho da Silva e Taisa Morais Rolim.

Este grupo de trabalhos que teve como abrangência as cinco macrorregiões econômicas brasileiras foram motivados após a leitura do livro “Geografia da Fome”, lançado em 1946 por Josué Apolônio de Castro, mais conhecido por Josué de Castro. Na obra, partindo da análise da fome, como tema central, o autor alerta para outros problemas: pobreza, extrema pobreza, miséria, questão ecológica, desigualdades sociais e reforma agrária.

“Geografia da Fome” constitui-se por ser uma obra rica em detalhes e que alertou o mundo e o Brasil para a problemática da fome visto não considerar esta apenas no seu aspecto biológico, mas também em relação aos aspectos econômicos, políticos, geográficos e sociais não limitando-se a apresentar ou realizar um diagnóstico, mas fazendo frente à luta pela erradicação deste problema à nível mundial.

Dada a importância histórica e contribuição incontestável da obra para despertar a necessidade de compromissos internacionais e ações integradas para o combate à fome. No ano de 1951, Josué de Castro foi convidado para se tornar presidente do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, a qual constitui uma agência das Nações Unidas – ONU que lidera esforços para erradicação da fome e combate à pobreza no mundo por meio da melhoria da segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola.

Em todos os artigos aqui apresentados iremos discutir aspectos referentes à Fome e à Vulnerabilidade Social. Trataremos a Vulnerabilidade Social, não apenas na questão econômica, pois sabemos que esta população que enfrenta cotidianamente a fome e que se encontra em condição de pobreza ou extrema pobreza concentra-se em localidades as quais apresentam menor cobertura de abastecimento de água potável, insuficiente ou inexistente sistema de esgotamento sanitário, ausência de coleta de lixo, Renda per Capita inferior a meio salário mínimo, elevado índice de mortalidade infantil, número expressivo de crianças e adolescentes que não frequentam a escola, elevado número de mulheres jovens

com filhos, elevado percentual de mulheres responsáveis pela renda familiar e chefes de família, elevada taxa de analfabetismo, número significativo de adultos que não trabalham e nem estudam, fazem parte do percentual da população que encontram-se em situação de desemprego e dependem quase que integralmente de auxílio de Programas de Transferência de Renda para sobreviverem.

Assim, cada capítulo representa um trabalho tendo participação de uma aluna, e sua orientadora e corresponde a uma pesquisa que teve duração de 12 meses. Vale ressaltar que, cada capítulo corresponde a um trabalho completo com a seguinte estrutura: Resumo, Introdução, Revisão da Literatura, Aspectos Metodológicos, Análise de Dados e Resultados, Conclusões e Recomendações, seguido das Referências que foram utilizadas para a construção do texto. Dessa forma, cada capítulo apresenta-se independente, mas de certa forma interligado pois juntos farão uma análise de todas as regiões brasileiras.

Organizado dessa forma, possibilita ao leitor guiar-se através do sumário e ler cada capítulo de forma separada e na ordem que desejar ou for mais conveniente. Assim, o sumário descreverá a ordem como os capítulos estão divididos, o título de cada um deles bem como a página inicial.

Os cinco artigos aqui apresentados foram divididos, como já adiantamos, por macrorregiões econômicas (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste) onde foi possível analisar os indicadores regionais. Nesta mesma obra, temos um artigo que concentra a sua análise na Região Metropolitana da Manaus – RMM dada a sua importância e especificidade.

Em cada um dos artigos foi possível, analisar os indicadores socioeconômicos: Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH, Renda Per Capita, Índice de Gini, Pobreza, Extrema Pobreza, Fome, Taxa de Prosperidade Social, Insegurança Alimentar, Taxa de Desocupação e Dependência dos Programas de Transferência de Renda. Tendo como base os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Organização das Nações Unidas – ONU.

No primeiro capítulo, a pesquisadora Ana Beatriz Martins de Souza analisou os indicadores de vulnerabilidade social referentes à população residente na Região Metropolitana de Manaus – RMM, sendo a região metropolitana brasileira mais jovem, mas que apresenta elevados indicadores de vulnerabilidade e inúmeros problemas estruturais tais como: pobreza, extrema pobreza, miséria, fome, ausência ou ineficiência de saneamento básico, esgotamento sanitário, água tratada, moradias inadequadas, dentre outros problemas que são característicos de regiões vulneráveis. Tal artigo, propunha analisar a vulnerabilidade da população da RMM, com base nos principais indicadores que compõem o IVS e seu comparativo com

o IDHM, a Taxa de Prosperidade Social e seu impacto do modelo Zona Franca de Manaus, bem como a contribuição do modelo para a redução da vulnerabilidade social nos municípios que compõem a região metropolitana. O capítulo é intitulado: Vulnerabilidade Social da População Residente na Região Metropolitana de Manaus.

No segundo capítulo, que tem como título: A Floresta Rica, População Pobre: Fome e Pobreza na Região Norte do Brasil, a pesquisadora Francilene da Silva Franco tendo a Região Norte como objeto de estudo, propõe um desafio reflexivo ao leitor ao expor o dilema de se ter num mesmo ambiente uma floresta rica em biodiversidade, riquezas minerais, abundância de água doce, dentre outras riquezas somente encontradas na Amazônia e ao mesmo tempo ter uma população que vive às margens da pobreza, passa fome e convive num ambiente com insuficiência de infraestrutura básica. Para tanto, a pesquisa se propunha analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza da população residente na Região Norte, levantar os principais indicadores que compõem o IVS, analisar a pobreza e a extrema pobreza da população com base no Mapa da Fome, bem como analisar o Risco Alimentar e a Taxa de Prosperidade Social regional, com o uso do IDHM, Índice de Gini, Renda Per Capita, Taxa de Desocupação e Dependência dos Programas de Transferência de Renda.

No capítulo seguinte, intitulado, Pobreza e Vulnerabilidade Socioeconômica na Região Nordeste do Brasil, a pesquisadora Laiza Eduarda Santos Carvalho da Silva tendo a Região Nordeste do Brasil historicamente mais vulnerável, como objeto de estudo, focou a sua análise na vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza da população regional com base no levantamento de indicadores socioeconômicos (IVS, IDHM, Renda Per Capita, Índice de Gini) e análise das políticas públicas que visam a redução da vulnerabilidade socioeconômica e a pobreza da população nordestina.

No capítulo seguinte, a pesquisadora Taisa Morais Rolim teve como objeto de sua análise a Região Centro-Oeste e seus contrastes por se tratar de uma região de exploração recente, mas que concentra as suas atividades na atividade primária, ou seja, na agricultura, tendo como principal atividade o agronegócio, produção de soja, milho e criação de gado bovino de corte, dentre outras culturas ligadas à terra. O capítulo apresenta como título: Riqueza, Desigualdade e Pobreza no Brasil: O Caso da Região Centro-Oeste brasileira. Ao longo da pesquisa, a autora se realizou sua análise com base nos indicadores de pobreza, desigualdade e vulnerabilidade socioeconômica, com base no IVS e no Mapa da Fome, além de levantar as políticas públicas implementadas na região para o combate à pobreza e desigualdade socioeconômica e teve uma preocupação peculiar em olhar para o esforço regional para a implementação de políticas de redução da concentração de renda e inclusão produtiva rural com desenvolvimento sustentável através de ações

ligadas à agricultura familiar.

No último capítulo, a pesquisadora Jackelyne Evellyn de Sales Assunção tinha como desafio a análise das duas regiões economicamente mais desenvolvidas do país, Sudeste e Sul. Regiões com maior participação no Produto Interno Bruto – PIB e concentradoras da maior parte da população brasileira, constituem regiões com caráter de ocupação urbana. Apesar de serem regiões ricas nota-se uma expressiva concentração de renda, elevados indicadores de vulnerabilidade, os menores indicadores de desenvolvimento humano e os melhores índices de desigualdade. O capítulo, foi intitulado: Pobreza do Brasil: A Situação da Pobreza e Desigualdade nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, e apresentou como principal objetivo: analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza e a desigualdade da população residente nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, com base nos indicadores de vulnerabilidade socioeconômica e no Mapa da Fome de forma a verificar o risco alimentar e a taxa de prosperidade social regional.

Nosso principal objetivo em produzir esta obra se alicerça na condição de compartilhar nossos conhecimentos e trabalhos de forma que estes possam ser utilizados por outros pesquisadores, alunos, professores e demais interessados nas áreas e assuntos abordados neste livro.

Também temos a ambição de possibilitar aos alunos participantes de projetos de pesquisa e extensão a satisfação de ver o seu trabalho, fruto de esforço e dedicação, ser publicado. Proporcionado a este aluno a alegria de ter a sua pesquisa como fonte para novas pesquisas. Ademais, a publicação de um trabalho constitui um marco na carreira acadêmica e quem sabe possa influenciá-lo para que no futuro este se engaje em novas pesquisas.

Este e-book assim como os outros trabalhos dos demais grupos de pesquisa o qual temos a honra de integrar terá o seu acesso livre para pesquisa e leitura de forma a ser um objeto de compartilhamento de informação e conhecimento agregado acerca dos temas aqui abordados.

Esperamos que os artigos aqui publicados possam contribuir para a seu crescimento acadêmico e profissional dos interessados, ficamos abertos às sugestões e observações que nos forem destinadas.

Desejamos a todos uma excelente leitura e reflexão acerca dos artigos aqui compartilhados.

Michele Lins Aracaty e Silva

"O primeiro direito de um homem é o de não passar fome!"

Josué de Castro

(1908-1973)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
VULNERABILIDADE SOCIAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Ana Beatriz Martins de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1462021091	
CAPÍTULO 2	23
A FLORESTA RICA, POPULAÇÃO POBRE: FOME E POBREZA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Francilene da Silva Franco	
DOI 10.22533/at.ed.1462021092	
CAPÍTULO 3	43
POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Laiza Eduarda Santos Carvalho da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1462021093	
CAPÍTULO 4	62
RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL: O CASO DA REGIÃO CENTRO-OESTE BRASILEIRA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Taisa Morais Rolim	
DOI 10.22533/at.ed.1462021094	
CAPÍTULO 5	82
POBREZA DO BRASIL: A SITUAÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADE NAS REGIÕES SUL E SUDESTE DO BRASIL	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Jackelyne Evellyn de Sales Assunção	
DOI 10.22533/at.ed.1462021095	
SOBRE A ORGANIZADORA	106

CAPÍTULO 3

POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

Data de aceite: 01/08/2020

Michele Lins Aracaty e Silva

Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente pela Universidade de Santa Cruz do Sul - (UNISC)
Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Economista. Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM
e-mail: michelearacaty@ufam.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>
<https://orcid.org/0000-0002-8939-3220>

Laiza Eduarda Santos Carvalho da Silva

Discente do Curso de Ciências Econômicas (UFAM)
e-mail: laizaeduarda52@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/3825234381137617>
<https://orcid.org/0000-0003-4648-5966>

RESUMO: Tratar de vulnerabilidade é analisar a fome, a pobreza e a extrema pobreza que acomete parte significativa da população brasileira em especial das regiões mais vulneráveis como a Região Nordeste, nosso objeto de estudo. No Brasil, houve um aumento de 52% no número de pessoas que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza (dados 2017). A extrema pobreza atinge cerca de 13,5 milhões de pessoas no Brasil (dados 2019) e as populações que estão nessas circunstâncias concentram-se em territórios de alta vulnerabilidade social as quais apresentam renda per capita inferior a meio salário mínimo, número expressivo de crianças e adolescentes que não frequentam a escola,

elevada taxa de analfabetismo e um número significativo de adultos que não trabalham e nem estudam, dentre outros. Temos por objetivo analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza da população residente na Região Nordeste a partir do levantamento de indicadores socioeconômicos e analisar políticas públicas que procuram reduzir a vulnerabilidade socioeconômica e a pobreza da população. Logo, para a construção deste trabalho utiliza-se pesquisa bibliográfica e documental com uso de dados secundários, especificamente informações disponíveis pelo IBGE, ONU e Índice de Vulnerabilidade Social - IVS da Região Nordeste do Brasil, além de livros e artigos considerados relevantes para a pesquisa. Como principais resultados tem-se que a renda per capita é a mais baixa do país, o seu desenvolvimento regional é mediano e sua vulnerabilidade é considerada alta em relação às demais regiões brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza, Vulnerabilidade, Indicadores, Região Nordeste.

INTRODUÇÃO

O termo vulnerabilidade tem sido utilizado com mais frequência após o agravamento da crise econômica brasileira, e, em se tratando de vulnerabilidade cabe a todos a preocupação acerca do retorno do Brasil ao mapa da fome, visto a última e mais demorada crise econômica de 2008 e sentida mais profundamente pelos brasileiros após 2014. Tal crise, torna-se mais evidente para a população mais vulnerável que já passava necessidade e agora está

completamente desassistida.

De acordo com levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as Regiões Norte e Nordeste constituem regiões concentradoras de um percentual expressivo da população que não se alimenta direito e até passa fome (dados do suplemento Segurança Alimentar), elaborado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), de 2009. Na Região Nordeste, nosso objeto de estudo, o percentual registrado foi de 46,1% dos domicílios onde as famílias passam fome.

O Nordeste do Brasil apresenta os mais elevados indicadores de vulnerabilidade do país de acordo com dados dos relatórios do Atlas da Vulnerabilidade Social disponibilizado pelo IPEA para os anos de 2000 e 2010. Portanto, entre os indicadores a serem analisados nesta pesquisa, destacamos o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS que abrange 16 indicadores e 3 dimensões, sendo muito mais amplo e tornando possível a análise específica dos recortes territoriais do Brasil, no caso deste estudo trabalharemos com os dados referentes à Região Nordeste do Brasil.

Sendo assim, reuniremos informações e definições acerca de: Pobreza, Vulnerabilidade Socioeconômica Populacional da Região Nordeste do Brasil e Principais Indicadores; Tais como o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, IDH Municipal e Renda Per Capita.

Além disso apresentaremos também as informações que classificam um território como vulnerável ou não. Também teremos a discussão acerca da possibilidade de acabar com a pobreza, a partir dos estudos de Jeffrey D. Sachs com o livro “O Fim da Pobreza” que não tem o intuito, assim como diz o autor, de prever o fim da pobreza, mas de explicar o que poderia acontecer caso a nossa geração decidisse acabar com a miséria e a pobreza. Para tanto, em conjunto com essa obra têm-se os programas sociais implementados no Brasil que visam erradicar essa problemática que mata milhares de pessoas todos os dias no mundo inteiro.

Para tanto, temos como objetivo analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza da população residente na Região Nordeste a partir do levantamento de indicadores socioeconômicos e analisar políticas públicas que procuram reduzir a vulnerabilidade socioeconômica e a pobreza da população que habita esta região do país.

Em relação aos aspectos metodológicos, este trabalho foi construído tendo como base pesquisa bibliográfica e documental com uso de dados secundários, especificamente informações disponíveis pelo IBGE, ONU e IPEA com o uso do Índice de Vulnerabilidade Social - IVS da Região Nordeste do Brasil, além de livros e artigos considerados relevantes para a pesquisa.

Observou-se que a Renda Per Capita é a mais baixa do país, o seu

desenvolvimento regional é mediano e sua vulnerabilidade é considerada ALTA em relação às demais regiões brasileiras.

Assim, este artigo encontra-se dividido em: Introdução, seguido da Revisão da Literatura, Aspectos Metodológicos, Análise de Dados e Resultados, Conclusões e Recomendações e por fim, as Referências utilizadas para a construção do texto.

REVISÃO DA LITERATURA

Pobreza e Extrema Pobreza

A pobreza, segundo Rocha (2006, p.9) é um fenômeno complexo, o qual pode ser definido a partir das necessidades que não são atendidas adequadamente, todavia, é necessário que seja especificado quais são essas necessidades e qual o nível de atendimento que pode ser considerado adequado. Para Santos (2009, p.18) a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política, um problema social. No Brasil, a população em situação de pobreza é aquela com rendimento mensal de até R\$ 140,00 (PNAD, 2015).

Em relação à pobreza extrema, o United Nations Guiding Principles on Extreme Poverty and Human Rights¹ define:

A pobreza extrema é caracterizada pela exclusão social e por um acúmulo de inseguranças em muitas áreas da vida: a falta de documentos de identidade, moradia insegura, comida insuficiente e a falta de acesso a cuidados de saúde e educação.² (Tradução Própria).

A pobreza extrema, assim como afirma Graham, Restifo e Nelson (2017, p.10), é o resultado de violações múltiplas de direitos humanos, onde o direito das pessoas que vivem nessa situação são frequentemente violados. Considera-se uma população em situação de extrema pobreza aquela com rendimento domiciliar per capita de até R\$ 70,00 (PNAD, 2015).

O IBGE em 2019 publicou o novo relatório do SIS – Síntese de Indicadores Sociais – e constatou-se que cerca de 6,5% da população brasileira se encontra em extrema pobreza. Para tanto, a seguir tem-se uma tabela com os valores aproximados de quantas pessoas se encontram nessa situação. Na mesma tabela, podemos observar a quantidade da população dos estados da Região Nordeste que encontram-se em condições de pobreza, o percentual varia de 39% até 54,1% este último referente ao Estado do Maranhão que apresenta o maior percentual regional bem como o maior do Brasil.

¹ Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Pobreza Extrema e Direitos Humanos.

² Disponível em: <https://www.atd-fourthworld.org/what-is-extreme-poverty/>. Acesso em 09 de janeiro de 2020.

Estados	População Estimada 2019	Pop. Extrema Pobreza 2019 (6,5%)	Pop. Pobreza (2019)
Alagoas	3.337.357 hab	216.928 hab	1.631.968 hab – 48,9%
Bahia	14.873.064 hab	966.749 hab	6.663.133 hab – 44,8%
Ceará	9.132.078 hab	593.585 hab	4.136.831 hab – 45,3%
Maranhão	7.075.181 hab	459.886 hab	3.827.673 hab – 54,1%
Pernambuco	9.557.071 hab	621.209 hab	3.956.627 hab – 41,4%
Piauí	3.273.227 hab	212.759 hab	1.482.772 hab – 45,3%
Paraíba	4.018.127 hab	261.178 hab	1.567.070 hab – 39,0%
Rio Grande do Norte	3.506.853 hab	227.945 hab	1.367.673 hab – 39,0%
Sergipe	2.298.696 hab	149.415 hab	951.660 hab – 41,4%

Tabela 1 – Pobreza e Extrema Pobreza dos Estados da Região Nordeste

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2019)

Pobreza Absoluta x Pobreza Relativa

Na obra *Pobreza no Brasil*, Rocha (2006, p.11) explica que a pobreza absoluta está “estritamente vinculada às questões de sobrevivência física”. Logo, está vinculada as necessidades que determinamos como o mínimo vital para sobreviver. Enquanto a pobreza relativa define que as necessidades predominantes no modo de vida de uma determinada sociedade necessita que seja delimitado um conjunto de indivíduos relativamente pobres que já possuem o mínimo vital garantido.

Ainda segundo a autora (2006), a distinção entre pobreza absoluta e pobreza relativa não apresenta limites claros. Afirma que é provável que as questões ligadas a sobrevivência física associadas a noção de pobreza absoluta são devido aos estudos de pobreza se desenvolverem a partir de problemáticas dos países ricos, logo, a insuficiência de renda é definida de uma forma generalizada como pobreza e foi adotada por países pobres. Portanto, os indicadores relativos à sobrevivência física são relevantes.

Pobreza Monetária

Como já foi visto, em 2019, o IBGE publicou um estudo sobre as condições de vida da população brasileira, sendo ele o Síntese de Indicadores Sociais - SIS, e 6,5% da população brasileira encontrava-se em condição de extrema pobreza.

Para essa pesquisa, a pobreza apresentada foi a monetária, a qual se encaixam os conceitos de pobreza absoluta e relativa apresentadas anteriormente. IBGE (SIS, 2019, p.57) diz que por conta de o Brasil não ter uma linha oficial de

pobreza, outras linhas são formadas para saber quais pessoas não possuem condições de bem-estar, ou seja, não tem como participar das atividades sociais.

Em relação a Pobreza Monetária, Campelo, Falcão e Costa explicam:

Na perspectiva conceitual e metodológica da pobreza monetária, um indivíduo é considerado pobre se sua renda disponível, ou seu dispêndio total, for menor que um dado valor monetário normativamente estabelecido – a linha de pobreza – cujo valor representa o custo de todos os produtos e serviços considerados básicos para satisfazer suas necessidades de sobrevivência e consumo. Se os recursos disponíveis não são suficientes para a aquisição da cesta de alimentos necessários ao consumo calórico diário mínimo, o indivíduo é considerado em extrema pobreza. (2014, p. 766).

Passaremos a partir de agora a apresentar os conceitos e definições acerca do que se entende por Vulnerabilidade e Vulnerabilidade Socioeconômica com base em autores que discutem a problemática. Posteriormente, apresentaremos os indicadores de vulnerabilidade social.

Vulnerabilidade Socioeconômica e Indicadores

Vulnerabilidade Social, de acordo com o Instituto SER+³ esse termo é utilizado para referir-se à situação socioeconômica das pessoas. Se enquadram nessa definição indivíduos que possuem poucos recursos financeiros, falta de moradia ou moradia precária, assim como pouco acesso à saúde e educação básicas de qualidade, além de não terem oportunidades para o seu desenvolvimento como cidadãos.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO):

Vulnerabilidade social é um resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Acrescenta ainda que vulnerabilidade inclui situações de pobreza, mas não se limita a ela. (CANÇADO; SOUZA; CARDOSO, 2014, p. 5).

Índice de Vulnerabilidade Social - IVS

Segundo o IPEA, o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS foi construído com base em indicadores que revelam fragilidades sociais a partir de fatores

3 O Instituto Ser + é uma organização sem fins lucrativos que teve seu início em 2007, na cidade de São Paulo, com a proposta de desenvolver o potencial de jovens em vulnerabilidade social. Contribui com a formação integral de jovens de 15 a 24 anos, que são impulsionados a descoberta de talentos e conquista do primeiro emprego. Disponível em: <https://sermais.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2020.

como contextos de trabalho e renda, educação e saúde, condições de transporte, habitação e saneamento dos municípios e das regiões metropolitanas brasileiras em 2000 e 2010.

O Índice de Vulnerabilidade Social - IVS, elaborado e disponibilizado pela Dirur/ Ipea, surgiu no âmbito de oficinas técnicas para definição do arcabouço conceitual e estatístico que embasa a concepção deste índice sintético. Esse processo envolveu a definição de fontes e bases de dados a serem utilizadas e os indicadores que conformariam o índice.

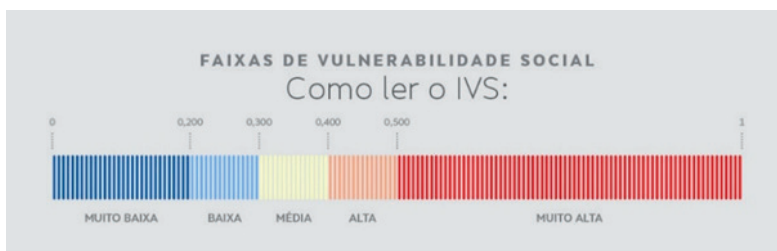


Figura 1 – Faixas do IVS

Fonte: AVS, IPEA (2019)

A Figura 1 ilustra a forma de ler o IVS. Percebe-se que quanto mais próximo de 0, menor é a vulnerabilidade e quanto mais próximo de 1, maior a vulnerabilidade. Entretanto, a partir de 0,500 já é muito alta, ou seja, já pode ser considerada uma extrema vulnerabilidade.

O IVS é, portanto, resultado da seleção de 16 indicadores selecionados da Plataforma do Atlas do Desenvolvimento Humano - ADH e foram organizados em três dimensões da vulnerabilidade social, a saber: I – a Infraestrutura Urbana do território em tela (seja ele um município, uma região, um estado ou uma Unidade de Desenvolvimento Humano); II – o Capital Humano dos domicílios deste território; e III – a Renda, o acesso ao trabalho e a forma de inserção (formal ou não) dos residentes nestes domicílios. Cada uma dessas dimensões reúne, por sua vez, um conjunto de variáveis obtidas nas bases dos Censos Demográficos do IBGE, que refletem diferentes aspectos das condições de vida.

Estado	IVS 2010	IVS 2017
Maranhão	0,521	0,349
Piauí	0,403	0,279
Ceará	0,378	0,272
Rio Grande do Norte	0,349	0,283
Paraíba	0,385	0,292
Pernambuco	0,414	0,336
Alagoas	0,461	0,338
Sergipe	0,393	0,298
Bahia	0,403	0,298

Tabela 2 – IVS dos Estados da Região Nordeste

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados IBGE (2019) e do IPEA (2019)

Se analisarmos a Tabela 2, acima e levarmos em consideração a classificação do IVS regional de acordo com a Figura 1, teremos as seguintes classificações para cada um dos estados em relação aos anos de 2000 e 2010, como podemos observar no Quadro 1.

Estado	IVS 2000	Classificação	IVS 2010	Classificação
Maranhão	0,521	MUITO ALTA	0,349	MÉDIA
Piauí	0,403	ALTA	0,279	BAIXA
Ceará	0,378	MÉDIA	0,272	BAIXA
Rio Grande do Norte	0,349	MÉDIA	0,283	BAIXA
Paraíba	0,385	MÉDIA	0,292	BAIXA
Pernambuco	0,414	ALTA	0,336	MÉDIA
Alagoas	0,461	ALTA	0,338	MÉDIA
Sergipe	0,393	MÉDIA	0,298	BAIXA
Bahia	0,403	ALTA	0,298	BAIXA

Quadro 1 – Classificação do IVS dos Estados Nordestinos (2000 e 2010)

Fonte: IVS/ IPEA (2019)

Como podemos observar, todos os estados da Região Nordeste apresentaram melhora em termos de vulnerabilidade social no ano de 2010 em

relação ao ano 2000.

A seguir, analisaremos o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH da ONU, tendo como base a Região Nordeste, nosso objeto de estudo.

Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é um dado utilizado pela Organização das Nações Unidas - ONU para analisar a qualidade de vida de uma determinada população. Os critérios utilizados para calcular o IDH são: grau de escolaridade: média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada; Renda: Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita*, baseada na paridade de poder de compra dos habitantes; Nível de Saúde: Baseia-se na expectativa de vida da população, reflete as condições de saúde e dos serviços de saneamento ambiental.

Podemos ressaltar que, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM varia de 0 a 1, quanto mais se aproxima de 1, maior o IDH de um local. Sendo assim, o desenvolvimento dos estados da Região Nordeste são todos medianos, assim como mostra a Quadro 2.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB)⁴, em 2012, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros. Esse cálculo foi realizado a partir das informações dos 3 últimos Censos Demográficos do IBGE – 1991, 2000 e 2010 – e conforme a malha municipal existente em 2010. Posterior ao IDHM dos municípios brasileiros, as três instituições assumiram o novo desafio de calcular o IDHM a nível intramunicipal das regiões metropolitanas do país – desta vez, para as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH).

O IDHM é um número que varia entre 0 e 1, assim como ilustra a figura 2. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH.

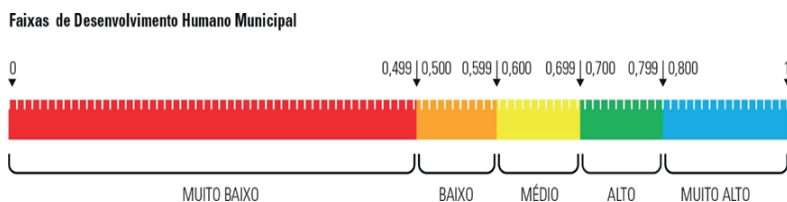


Figura 2 – Faixas do Desenvolvimento Humano Municipal

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

4 Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/. Acesso em: 10 janeiro de 2019.

No Quadro 2, podemos observar a classificação do IDHM dos Estados Nordestinos referentes ao ano de 2000 e 2010, também com base na Figura 2. Nele podemos ver que houve uma melhora expressiva em relação ao indicador para todos os estados que compõem a Região Nordeste do Brasil.

Estado	IDHM 2000	Classificação	IDHM 2010	Classificação
Maranhão	0.476	MUITO BAIXO	0.639	MÉDIO
Piauí	0.484	MUITO BAIXO	0.646	MÉDIO
Ceará	0.541	BAIXO	0.682	MÉDIO
Rio Grande no Norte	0.552	BAIXO	0.684	MÉDIO
Paraíba	0.506	BAIXO	0.658	MÉDIO
Pernambuco	0.544	BAIXO	0.673	MÉDIO
Alagoas	0.471	MUITO BAIXO	0.631	MÉDIO
Sergipe	0.518	BAIXO	0.665	MÉDIO
Bahia	0.512	BAIXO	0.660	MÉDIO

Quadro 2 – Classificação do IDHM dos Estados Nordestinos (2000 e 2010)

Fonte: IVS/ IPEA (2019)

Renda Per Capita

Segundo IBGE (2019) os valores dos Rendimentos Domiciliares Per Capita são calculados com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. O rendimento é calculado como a razão entre o total dos rendimentos domiciliares (em termos nominais) e o total dos moradores. Essa pesquisa capta informações socioeconômicas e demográficas em cerca de 211 mil domicílios, em aproximadamente 16 mil setores censitários, distribuídos em cerca de 3,5 mil municípios. A seguir temos uma tabela com a Renda Per Capita desde o ano de 2014 até 2018, e percebe-se que todos os estados da Região Nordeste apresentam uma Renda Per Capita baixa.

Estados	2014	2015	2016	2017	2018
Maranhão	461	509	575	597	605
Piauí	659	728	747	750	817
Ceará	616	681	751	824	855
Rio Grande do Norte	695	819	919	845	956
Paraíba	682	774	790	928	898
Pernambuco	802	825	872	852	871
Alagoas	604	598	662	658	714
Sergipe	758	782	878	834	906
Bahia	697	736	773	862	841

Tabela 3 – Renda Per Capita por UF da Região Nordeste (em valores nominais - R\$)⁵

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do IBGE (2020)

Sendo Assim, esse indicador nos permite analisar se a renda de uma família é baixa, mediana ou alta. E a metodologia aplicada a região é a mesma, portanto, também nos permite saber se um município, estado, região ou país tem uma renda baixa, média ou alta.

O Fim da Pobreza por Jeffrey D. Sachs

No livro “O Fim da Pobreza” de Jeffrey D. Sachs, o autor delinea uma estratégia para acabar com a pobreza extrema até 2025. Essas estratégias estão concentradas em investimentos fundamentais nas pessoas e infraestruturas. Para Sachs (2005, p.218) são necessários planos, sistemas e responsabilidade mútua e mecanismos de financiamento.

Sachs diz que (2005, p. 223) a comunidade internacional do desenvolvimento deveria utilizar as Cinco Grandes Intervenções para o desenvolvimento que poderia transformar um cenário de fome, doença e morte em uma perspectiva de saúde e desenvolvimento econômico, sendo elas: Insumos Agrícolas; Investimentos em Saúde Básica; Investimento em Educação; Energia, Transporte e Serviços de Comunicação; Água Potável e Saneamento.

Além disso, afirma que “a chave para acabar com a pobreza é criar uma rede global de conexões que vá das comunidades pobres aos centros do poder e da

⁵ Para o cálculo da Renda Per Capita utiliza-se então a seguinte fórmula: Renda Per Capita = R\$ domiciliar / N° de moradores

riqueza mundial e retorne a elas” (Sachs, 2005, p.231).

Em resumo, precisamos de uma estratégia para aumentar a escala dos investimentos que acabará com a pobreza, inclusive de um sistema de governança que atribua poder aos pobres, ao mesmo tempo que os torna responsáveis. Em cada país de baixa renda, está na hora de projetar uma estratégia de redução da pobreza que possa enfrentar esse desafio. (SACHS, 2005, p.232).

Políticas de Transferência de Renda no Brasil

De acordo com a Serviço Social do Comércio - SESC⁶:

Os Programas de Transferência de Renda se constituem um tipo de programa social. A segurança social de renda, de competência da Assistência Social, é operada por meio da concessão de bolsas/auxílios financeiros sob determinadas condicionalidades, com presença (ou não) de contrato de compromissos; e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho. (SESC, 2020).

Programa Bolsa Família

Um dos mais conhecidos programas de transferência de renda e que também tem a função de combater a pobreza e a fome no país é o Bolsa Família. Segundo Ortiz e Camargo (2016, p. 6) “o Bolsa Família foi sancionado pela Lei nº. 10.836/2004, com três grandes eixos: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares, tendo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, no comando deste programa de política pública”.

A partir de dados disponíveis no site da Caixa Econômica Federal (2019)⁷, o Bolsa Família constitui num programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Ainda segundo a instituição, o programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família.

Dentre as três principais concepções de programas de renda de cidadania em disputa na agenda política internacional, o Programa

6 Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/sasc/?cod=cadastro-unico/3>, Acesso em: 07 de março de 2020.

7 Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>, acesso em: 20 de agosto de 2019.

Bolsa Família integra o grupo que preconiza que as políticas para a redução da pobreza e redução das desigualdades pressupõem uma opção do poder público em dar atenção especial aos mais pobres. Segundo essa orientação, embora defenda políticas universais, os mais pobres devem ter um atendimento preferencial, considerando as urgências e as inúmeras dificuldades vividas por estas populações. (MDS, 2010, p.45).

Objetivos do Programa Bolsa Família		
Combater a pobreza e outras formas de privação das famílias.	Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social.	Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional.

Quadro 1 – Principais Objetivos do Programa Bolsa Família

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados da Caixa Econômica Federal (2019)

Na Região Nordeste do Brasil, encontramos o maior número de beneficiados pelo programa Bolsa Família. Tem-se que parte expressiva da população nordestina depende exclusivamente da renda do PBF para o sustento familiar. Dados recentes mostram que no Nordeste são 6,7 milhões (MDS, 2020) de famílias beneficiadas com este relevante programa de transferência de renda, o equivale a 51,54%⁸ do total de famílias beneficiadas no País. Em todo o Brasil, são mais de 13 milhões de famílias beneficiadas e registradas no cadastro único que recebem um valor que varia de R\$ 89,00 até R\$ 240, a depender da situação e estrutura familiar dos beneficiários.

Agenda 2030: Combate à fome, Pobreza e Pobreza Extrema

De acordo com a ONU, a Agenda 2030⁹ é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, se comprometeram a implementar a Agenda 2030, pactuada pelo Brasil e outros 192 países que integram a Organização das Nações Unidas - ONU. Essas nações se comprometeram a libertar a raça humana da tirania da pobreza e

8 Disponível em: <https://fdr.com.br/2019/11/19/nordeste-lidera-o-ranking-de-beneficiados-com-o-bolsa-familia/>. Acesso em 25 de maio de 2020.

9 Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 25 de maio de 2020.

da penúria e a curar e proteger o planeta. Os signatários estão determinados a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. O embarque nesta jornada coletiva está ancorado no compromisso de que ninguém seja abandonado.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e 169 metas que integram a Agenda 2030 demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Eles se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar. Eles buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Os 17 ODS e 169 metas estimulam a ação até o ano de 2030 em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta:

Pessoas	Planeta	Prosperidade	Paz	Parceria
Acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.	Proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras.	Assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.	Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável.	Mobilizar os meios necessários para implementar a Agenda 2030 por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.

Quadro 2 – Os 17 ODS e 169 metas da Agenda 2030 Fonte: ONU, (2017)

Fonte: ONU, (2017)

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos deste trabalho possuem abordagem qualitativa por ser uma forma adequada para entender a natureza dos acontecimentos e a importância dos indicadores do IDH, IVS, Indicadores de Pobreza e Extrema

Pobreza como a Renda Per Capita para avaliar a Vulnerabilidade Socioeconômica da Região Nordeste do Brasil.

Esta pesquisa caracteriza-se quanto aos meios como bibliográfica e documental uma vez que será desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e dados secundários (observação e análise) disponibilizados pela ONU acerca do IDH e pelo IPEA acerca do IVS.

Quanto aos fins, a presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Sendo caracterizada como exploratória por obter informações significativas sobre o que é a pobreza, o que é ser vulnerável socioeconomicamente, como definir quem é pobre ou não, ou seja, é notável a busca por informações complementares que fundamentam a pesquisa. Descritiva por tratar de problemas sociais que necessitam ser mais compreendidos e que urgentemente precisam ser resolvidos, logo, há detalhes sobre as causas e as consequências da problemática estudada, no caso, a pobreza, a pobreza extrema e a vulnerabilidade nos estados da Região Nordeste.

Utilizou-se do método observacional e a técnica de observação indireta. Em relação à análise de dados esta pesquisa, fez-se uso da análise de conteúdo em dados dispostos em formato de tabelas e quadros.

ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

Levando-se em consideração os indicadores disponibilizados pelo IBGE, IPEA e ONU que foram analisando ao longo deste trabalho é possível definir a vulnerabilidade, pobreza e extrema pobreza da população residente da Região Nordeste. Sabe-se que essa região é a segunda mais populosa do Brasil. Logo, se levarmos em consideração o número de habitantes e os resultados dos indicadores é possível comprovar que ela é umas das mais vulneráveis.

A seguir temos um quadro com os dados dos Estados do Nordeste já apresentados no trabalho. A partir desse quadro, junto com as definições sobre pobreza, extrema pobreza, pobreza relativa e pobreza absoluta, pobreza monetária e sobre vulnerabilidade podemos definir a atual situação dessa região. Observe os dados:

Estados	População em Extrema Pobreza 2019	População em Condição de Pobreza	IVS 2017	IDHM 2017	Renda Per Capita (Nominal) 2018
Maranhão	459.886 hab	3.827.673 hab – 54,1%	0.349	0.639	R\$ 605,00
Piauí	212.759 hab	1.482.772 hab – 45,3%	0.279	0.646	R\$ 817,00
Ceará	593.585 hab	4.136.831 hab – 45,3%	0.272	0.682	R\$ 855,00
Rio Grande do Norte	227.945 hab	1.367.673 hab – 39,0%	0.283	0.684	R\$ 956,00
Paraíba	261.178 hab	1.567.070 hab – 39,0%	0.292	0.658	R\$ 898,00
Pernambuco	621.209 hab	3.956.627 hab – 41,4%	0.336	0.673	R\$ 871,00
Alagoas	216.928 hab	1.631.968 hab – 48,9%	0.338	0.631	R\$ 714,00
Sergipe	149.415 hab	951.660 hab – 41,4%	0.298	0.665	R\$ 906,00
Bahia	966.749 hab	6.663.133 hab – 44,8%	0.298	0.660	R\$ 841,00

Quadro 3 – Situação Socioeconômica Geral da Região Nordeste e Indicadores

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do IBGE, IPEA e AVS (2019)

Os dados mostram que o número de pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza é muito grande em todos os estados, e aqueles que aparentemente são menores é em vista da quantidade populacional. O IVS de todos os estados poderia ser considerado mediano, entretanto, quando comparados as demais regiões como Sul, sudeste e Centro-Oeste percebe-se que os estados da região nordeste são muito mais vulneráveis que os estados das outras regiões, excluindo o Norte que também é uma região extremamente vulnerável.

O mesmo acontece com o IDH e o IDHM, são relativamente medianos, porém não estão no mesmo ritmo de desenvolvimento que as outras regiões, exceto em relação à Região Norte do Brasil que está num patamar muito próximo da Região Nordeste. Enfim, as regiões Norte e Nordeste historicamente são as mais vulneráveis do Brasil

Por fim, temos a Renda Per Capita considerada muito baixa. Todos esses dados comprovam que é necessário um olhar mais atento dos governantes para a situação socioeconômica da Região Nordeste.

Se as outras regiões se encontram em uma situação melhor, por que o Nordeste tem os maiores índices de pobreza do Brasil? Sendo assim, para medidas de erradicação da pobreza, temos a seguir os resultados da obra O Fim da Pobreza

sendo aplicados a Região Nordeste.

Em relação ao fim da pobreza podemos atentar para as seguintes intervenções para acabar com essa problemática:

a) Investimento em educação: o primeiro passo para retirar as pessoas da pobreza é permitindo que elas possam se autodesenvolver, isso quer dizer que uma educação melhor proporciona mais vantagens no mercado de trabalho; **b) Investimento em saúde básica:** na saúde não é diferente, é necessário que a infraestrutura de hospitais possibilite o atendimento adequado a população, além de profissionais aptos. Para tanto, é notável que a educação é fundamental para que isso ocorra; **c) Saneamento:** por conta das secas, ter água é fundamental. Sabemos das dificuldades que o nordestino enfrenta por falta de água, então facilitar esse acesso pode melhorar muito bem na produção de alimentos, na higiene e muitos outros fatores que você deve estar imaginando; **d) Insumos agrícolas:** Investir em educação aumentaria a capacidade de procurar soluções para desenvolver a agricultura; **e) Energia, transporte e serviços de comunicação:** as pessoas precisam ter transporte de qualidade, precisam ter acesso a energia e sabemos que em pleno século XXI.

Em contribuição com os ciclos apresentado por Sanchs (2005), voltemos ao Brasil com suas políticas de transferências de renda. Os resultados dessas políticas é a possibilidade de que aqueles que recebem o benefício tenham como comprar alimentos e não morrer de fome. O Programa Bolsa Família foi um grande contribuidor para que o Brasil saísse do Mapa da Fome e continua sendo necessário para as famílias em extrema vulnerabilidade. Mediante as limitações desta pesquisa, sugere-se um estudo próprio, e, é recomendável que para uma análise mais detalhada, busque por artigos específicos sobre o programa.

Além do Programa Bolsa Família, temos a Agenda 2030, um plano de ação que tem diversos objetivos e um deles é erradicar a fome. Ainda está em andamento, então é esperado que até 2030 tenham-se cumprido as metas estabelecidas.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Analisar a pobreza e a vulnerabilidade socioeconômica de uma região é uma tarefa árdua. Percebemos ao longo do trabalho que a pobreza é uma problemática difícil de definir, logo, precisamos abordar diferentes tipos de pobreza para compreendermos o porquê a região nordeste é considerada uma região de pobreza e vulnerável socioeconomicamente.

Quando afirmamos que a Região Nordeste é uma das mais vulneráveis do Brasil, não estamos falando que toda a região é pobre. Claro que não! E sabemos que é possível melhorar as condições da sua população residente, pois quando olhamos

os indicadores dessa região e comparamos com as regiões mais desenvolvidas do País, pensamos: “por que regiões de um mesmo país se encontram em uma situação tão mais vulnerável que outras?” Então, são questões a serem pensadas. E para o desenvolvimento dessa região, utilizou-se no trabalho ideias do economista norte-americano, Jeffrey Sachs, com a obra *O fim da Pobreza* que aborda como acabar com esse problema no mundo. Essas teorias foram apresentadas anteriormente, nos resultados deste artigo.

Em vista dos argumentos apresentados com o livro “O fim da Pobreza”, cabe a todos os cidadãos junto com o governo procurarem melhorias para a sociedade em geral e não apenas olhar para uma única região. É necessário que as pessoas não apenas falem, elas precisam agir. Vimos que para acabar com a pobreza a partir das ideias de Sachs (2005), é tudo muito simples. Porque o trabalho apresentado tem o objetivo de incentivar as pessoas a pensarem em meios de acabar com essa problemática que não está somente no Nordeste, mas em muitas partes do mundo. Não estamos procurando soluções para que todos fiquem ricos, e sim que as pessoas possam aproveitar a vida sem passar por situações quase desumanas. Não é ser exigente desejar uma boa moradia, querer que os filhos possam ter uma infância feliz e sem grandes dificuldades, não é pedir demais ter o que comer todos os dias.

Quando analisamos as nas teorias do autor (2005) relacionadas a educação, imagino escolas de tempo integral como uma solução eficaz para minimizar a fome e os números de crianças que estão fora da escola. A educação integral, não visando apenas o tempo que a criança passa na escola, porém o que ela realmente irá aprender estando lá. Sei que muitos devem imaginar que é ruim uma criança passar o dia inteiro dentro de uma escola, pois estarão longe dos pais e etc. No entanto, a questão a ser pensada é: eles estarão melhores em um ambiente de aprendizado, vivendo socialmente com outras crianças, adquirindo conhecimentos, não somente atividades curriculares, mas sim desenvolvendo suas aptidões próprias. Não podemos também vincular escola de tempo integral imaginando uma criança dentro de uma sala de aula estudando somente português e matemática.

Gostaríamos de inserir nesta discussão considerações acerca da Pedagogia Waldorf: uma educação para a liberdade¹⁰, que constitui a intenção de proporcionar ao aluno o desabrochar de suas capacidades, auxiliando, para que cada um seja capaz de tomar a vida nas próprias mãos.

Reiteramos que, a Pedagogia Waldorf foi apontada pela UNESCO, como a Pedagogia capaz de responder aos desafios educacionais, principalmente nas áreas de grandes diferenças culturais. Visto que, seus princípios podem ser implantados em diversas realidades. Destaca-se que a Pedagogia Waldorf tem potencial para atender

¹⁰ Apresentada no Seminário na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em 2019, ministrado pela professora Cláudia Maria Retz Toledo Veigas (Bauru-SP).

a diversidade, encarando-a como uma riqueza, valorizando as diferenças, partindo do pressuposto que todo ser humano com a correta orientação, pode se desenvolver. (Marinis, 2015, p. 12).

Assim, acreditamos que a educação nas escolas de tempo integral com base nos ideais da Pedagogia Waldorf, poderia proporcionar às crianças a esperança de um futuro melhor. Além disso, outro fator que colabora para que eu pense que a educação integral é uma maneira de melhorar a pobreza e extrema pobreza é a alimentação. O mínimo de refeições oferecida em uma escola de tempo integral são três: café da manhã, almoço e merenda da tarde.

Dessa forma, as crianças teriam o que comer, teriam condições e se alimentarem adequadamente e de forma balanceada, com alimentos de qualidade, não estariam passando fome em suas casas, ao mesmo tempo que estariam desenvolvendo seus talentos na escola.

Outra melhoria seria a proteção. Os pais que precisam trabalhar, estariam mais tranquilos sabendo que seus filhos estão sendo bem cuidados na escola, que não estão correndo risco ficando em casa, muitas vezes sozinhos ou indo para a rua aprender coisas que não complementam em nada no seu desenvolvimento pessoal. Além de melhorar a saúde, pois crianças bem cuidadas, bem alimentadas, praticando atividades que auxiliam na melhoria da saúde física e mental, correm menos riscos de adoecerem.

Talvez você deva estar pensando que as conclusões desta pesquisa se focam apenas na educação, e sim, acreditamos que a maneira mais adequada de melhorar o mundo seja através da educação. Erradicar a pobreza não é fácil, mas somente a possibilidade de que nossas crianças consigam ter melhores oportunidades através da educação, sabemos que aos poucos é possível acabar com a pobreza.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2014. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2014/pt/ranking>. Acesso em: 20 out. 2019.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2013. Disponível em: Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/. Acesso em: 10 janeiro de 2019

CAMPELLO, T; FALCÃO, T; COSTA, P. da. **O Brasil sem Miséria**. 1.ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome – MDS, 2014.

CANÇADO, T.C.L; SOUZA, R.S; CARDOSO, C.B. da S. **Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social**. XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, São Pedro -SP. 24-28 de novembro, 2014.

GRAHAM, A; RESTIFO, F; NELSON, J. **Movimento Internacional ATD Quarto Mundo e Franciscans International**: Fazendo Valer os Direitos Humanos das Pessoas que Vivem na Pobreza Extrema: Manual das Nações Unidas para Implementar os Princípios Orientadores

sobre a Pobreza Extrema e os Direitos Humanos, São Paulo, 2017.

IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social**. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**. Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua. 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.

MARINIS, L.L.P. de. **A Educação Infantil sob a Perspectiva da Pedagogia Waldorf**. 2015. 52f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2015.

ONU. **Agenda 2030**. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.

ONU. Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/indice-de-desenvolvimento-humano>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.

ORTIZ, L.R.A.; CAMARGO, R.A.L. **Breve histórico e dados para análise do Programa Bolsa Família**. In: II SIPPEDES, 2016, UNESP. Anais Eletrônicos. Câmpus de Franca: UNESP, 20 a 22 de setembro de 2016.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SACHS, Jeffrey D. **O Fim da Pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3. ed. São Paulo: edusp, 2009.

PLANALTO. Governo Federal. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia>. Acesso em: 26 de janeiro de 2019.

RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL:

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 


www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL:

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 